

Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

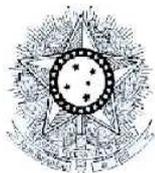
**Discurso proferido na sessão de 16 de agosto de 1987,
publicado no DANC de 17 de agosto de 1987, página 4514.**

Discute, em primeiro turno, do Projeto de Constituição. Analisa a situação do Parlamento brasileiro, que entende nunca ter assumido sua posição no contexto do Estado; aponta o esvaziamento das discussões em plenário, substituídas por conversas de corredores e reuniões em outros recintos; Denuncia a ingerência do Poder Executivo na Assembleia Constituinte. Analisa a questão da reforma agrária, as lutas camponesas contra a injustiça social; a insubmissão crescente dos camponeses à opressão do capital, expressa na entrega da emenda popular com um milhão e duzentas assinaturas, dispendo sobre a reforma agrária; afirma ser a reforma agrária a condição para a grande transformação nacional.

A SR.^a RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: A despeito das constantes denúncias públicas, do esvaziamento das discussões dos temas constitucionais, no plenário desta Casa, do Parlamento Nacional, a despeito das interpretações também constantes e públicas, de que resulta esta indiferença, da transferência para corredores, comissões e reuniões extra-plenário, das conversações, acordos e negociações, que deveriam materializar-se aqui, com a transparência que convém ao debate da coisa pública, a despeito do desencanto que a aparente indiferença provoca no espectador ocasional das galerias, ou no Parlamentar de primeiro mandato, uso nesta manhã de domingo a tribuna da Casa do povo, porque entendo que esta apatia tem razões históricas.

Outros já constataram desta mesma tribuna que o Parlamento brasileiro sempre foi desde a sua instalação, no golpe que nos levou à República, um poder de segunda categoria. Nunca e com tanta clareza foi possível identificar o desvirtuamento da natureza do Poder Legislativo como neste momento atual da vida brasileira.

A própria instalação desta Assembléia Nacional Constituinte, embora, aqui saudada, como cumprimento de uma promessa, resultante de uma luta ou de um partido, que a definiu no seu programa, como marco de um novo tempo para a Nação brasileira, trouxe, no seu bojo, a marca da prevalência de um Poder, o Judiciário, sobre o outro.



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

Nunca, com tanta firmeza e decisão, se aviltou sem subterfúgios, se oprimiu tão desavergonhadamente, com um fisiologismo tão voltado para interesses pessoais dos que ocupam, espuriamente, ilegítimamente, o Poder Executivo do meu País, o Poder Legislativo, este sim, legitimamente eleito. Nunca, com tanta firmeza e decisão – repito – o Poder Executivo investiu de maneira tão infamante e cruel, sem contestação, contra a soberania de uma Assembléia Constituinte cambaleante e desfigurada.

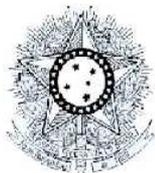
Certamente, reside aí, na prevalência de um Poder sobre o outro, a causa primeira da apatia, da ausência, do imobilismo e do medo das galerias repletas. Por certo está aí o fundamento do cochicho e da conspiração, longe dos olhos e dos ouvidos da sociedade, que se organiza e busca conhecer a sintonia do discurso do palanque com o voto no Plenário.

Reside aí a constatação de quão inócua e desinteressante é a atividade parlamentar, quando os compromissos assumidos perante a comunidade não podem mais ser expressados, obstaculizados que estão pelo favoritismo.

A despeito disso, entendo que é necessário insistir. É preciso buscar uma soberania, que certamente virá não sem luta, não sem sacrifício, não sem o entendimento e a decisão de fazer do Parlamento o lugar que reflita as aspirações nacionais.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, é dentro desta compreensão que ocupo esta tribuna para dizer aos presentes alguma coisa a mais sobre a reforma agrária, buscando focar as lutas camponesas, o conceito de campesinato e o aspecto político da questão, tentando, desta forma, contribuir para o debate e o esclarecimento nacional de um tema que insiste em ser polemizado e não discutido, apaixonado e pouco racional, sem desconhecer o aspecto profundamente ideológico do problema e que, por isto mesmo, insiste, há décadas, em não acontecer.

É por julgar importante a questão agrária, pedra de toque para as grandes transformações nacionais, que busquei deliberadamente assento na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária. Humildemente peço escusas se a questão não recebe o tratamento profundo que merece. Isto não decorre do limite de tempo que o Regimento me impõe, mas nasce da minha própria limitação – limitação que declaro aqui – que não embota a minha convicção de que reside na reforma agrária o ponto de partida das reformas que a sociedade exige, nem me torna mais vulnerável à rendição e à traição do mandato que os trabalhadores me conferiram.



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, lutam os camponeses brasileiros, desde o último quartel do século passado, contra uma situação geradora de pobreza, de fome, de violência, de miséria, enfim, de profunda injustiça social. Lutas que, se adquiriram novas formas, não tiveram alteradas o seu sentido e o seu conteúdo e que por isto mesmo persistem. Lutas que têm identificado o segmento social que os oprimem, que os escravizam, que os esmagam.

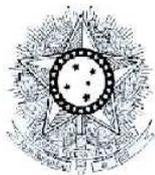
O messianismo ou misticismo, o banditismo social ou cangaço e a resistência são fases que se interpõem, que se revezam, que se reeditam numa constância proporcional ao abrandamento ou agravamento da opressão. Se de um lado estão os camponeses, do outro e contra eles estão os proprietários da terra, mantenedores com o Estado daquela condição.

O messianismo de Canudos de Antônio Conselheiro, na Bahia, ou do Contestado de José Maria e os Doze Pares da França, no Paraná e Santa Catarina, em 1916, se reedita em certo sentido, com Padre Cícero Romão Batista, em 1934, no sertão cearense, ou nos movimentos pastorais, onde se abrigam e buscam, na caminhada do povo de Deus, remédio para a dor e os sofrimentos atrozes que Deus não lhes imputa.

O banditismo social de Antônio Silvino, no Nordeste brasileiro se reedita hoje, agora esfacelado, e contra os produtores, do serviço do jagunço. do pistoleiro, do fora-da-lei. Se em Canudos ou Contestado o extermínio e a punição pelo mau exemplo são responsabilidade da polícia, o mesmo registro histórico se faz hoje no Bico do Papagaio ou na Fazenda Bamerindus.

A resistência que se expressa no passado recente com as Ligas Camponesas, com a revolta de José Porfírio em Trombas e Formoso, em Goiás, a guerrilha de Porecatu, no Paraná, se reedita hoje com os conflitos do Araguaia, da Fazenda Anoni e outras.

Em qualquer destas formas de luta, a posse de terra é o seu fundamento. Não será exagero, por certo, Identificar, como objetivos comuns, a Lei da Terra de 1850, ainda no Império, que impediria o acesso à posse da terra dos colonos e futuros ex-escravos, ao tempo que garantia o sistema de plantation, com o substitutivo aprovado na comissão da ordem econômica, incorporado ao projeto de constituição que será submetido ao Plenário da Constituinte. Ali, como alhures, está garantido o latifúndio e, por conseguinte, o modelo das grandes propriedades com a produção voltada para a exportação, com o agravamento da violência e da miséria do povo brasileiro.



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

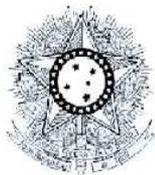
Permanecemos, pois, no tocante à reforma agrária, na década de 1850. É preciso advertir, porém, que a tutela e a apropriação das lutas dos camponeses, dentro da perspectiva do escamoteamento da revolta popular, não contribuirão para a verdadeira mudança social que nasce da transformação. Já vai longe o tempo em que os camponeses eram identificados como homens tolos, caipiras, tabaréus ou caiçaras, ou a dedicação à atividade do cultivo do campo representava, ipso facto, inferioridade na escala social.

Não se pode negar uma insubmissão crescente à opressão do capital que se traduz na organização sindical, na resistência ao despejo e a expulsão da terra, no fechamento de estradas para reivindicar o melhor preço para o produto do seu trabalho, e que se traduz, enfim, na entrega de uma emenda popular à Assembléia Nacional Constituinte com 1 milhão e 200 mil assinaturas para que se faça a reforma agrária.

É da verdadeira compreensão deste quadro, ou seja, da real percepção de que o campesinato não mudou apenas, semanticamente, pela vida da ciência política, mas que se organiza e se mobiliza a partir da identificação e da origem da injustiça, que reside a possibilidade da conversação. A nossa insensibilidade, diante das questões da limitação da propriedade, com um máximo de 60 módulos regionais; da imissão imediata da posse, do valor da desapropriação da terra e o preço com base no valor declarado para fins de Imposto Territorial Rural e pagamento em títulos da dívida agrária, sem juros, e resgatáveis em 20 anos, com carência de 5 anos; indica, antes de tudo, o determinismo da manutenção e da ampliação do quadro de miséria, de insatisfação popular, de conflitos, de violência, e mais uma vez, da exclusão do campesinato das decisões nacionais, certamente não por muito tempo e pela via não desejada pela Nação brasileira.

Urge que sintonizemos a nossa vocação de País agrícola, com uma política que resulte no desenvolvimento social e que busque o pleno emprego e o trabalho digno. Não serão certamente a esmola do leite e do pão, e as ocasionais frentes de trabalho que nos tornará uma sociedade justa e digna. Por esta via, garantimos, tão-somente, a afirmação do clientelismo insensato e desagregador.

É preciso que entendamos que o direito fundamental da cidadania de ir e vir não quer significar o ir e vir em busca da sobrevivência. Para os camponeses o ficar na terra, o produzir com dignidade, é a garantia primeira de sua realização como cidadãos. O permanecer dos camponeses na terra é a garantia do fim do analfabetismo, este monstro



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

de que se alimentam as elites minoritárias que governam, ainda, agora, esta grande Nação, e que mantém afastada das decisões políticas a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

É a garantia do fim da falta de assistência previdenciária, das doenças endêmicas, da falta de habitação e da falta de alimentos. É a garantia do fim da violência urbana, do menor abandonado, da velhice desamparada, do alto índice de mortalidade infantil e dos massacres nas prisões ora tão à vista.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reafirmamos ao povo brasileiro o nosso entendimento de que reside na reforma agrária a pedra de toque das grandes mudanças exigidas pela sociedade. Reafirmamos também nossa convicção de que ela só será efetiva se coparticipada pelas diversas classes e frações de classes dessa grande sociedade e que essa participação não se dará por outorga.

Neste momento, como mulher da Amazônia, como mulher ribeirinha e filha de trabalhador rural, peço conclamo aos companheiros constituintes e insisto no sentido de que nos sensibilizemos com a questão da reforma agrária, para que se faça justiça neste País, para que se possa realmente ver aqueles que são os nossos irmãos brasileiros terem dias mais dignos e mais felizes.

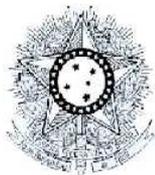
Portanto, Sr. Presidente e companheiros Constituintes, gostaria que, neste domingo, em que S. Ex.as heroicamente resistem aqui dentro, com a minoria que somos, levassem para casa a reflexão do filho do trabalhador que morre de fome, pedindo um pedaço de pão e não consegue, porque o seu pai não tem um pedaço de terra sequer para plantar, colher e comercializar para lhe dar o pão que ele não pode produzir.

O SR. DORETO CAMPANARI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SR.^a RAQUEL CAPIBERIBE: – Com muito prazer, nobre companheiro Doreto Campanari.

O SR. DORETO CAMPANARI: – Eminente Constituinte Raquel Capiberibe, V. Ex.^a fala em fome, digo que o Brasil é um País infeliz, porque não pode haver uma Pátria feliz onde há a fome.

Temos dados oficiais de que 40 milhões de brasileiros sofrem de fome crônica, isto constitui a maior doença enquanto 75% vive num regime de subnutrição. V. Ex.^a defende, com seu nacionalismo dinâmico, com amor a esta Pátria, uma reforma agrária. Ela se faz necessária, porque um País com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados de terra, apenas um quarto é ocupado. Portanto, 75% de nossas terras deverão ser ocupadas.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

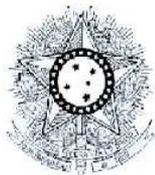
Percebemos que o trabalho feito aqui, nesta Casa, em defesa e pela provação de uma reforma agrária está muito difícil, porque aqueles que se opõe à reforma agrária, principalmente aqueles ligados à UDR, cujas campanhas foram financiadas por essa entidade nazi-fascista, eles se opõem fazendo com que cheguemos a uma triste conclusão de que mais uma vez a reforma agrária está frustrada, para a insatisfação da maioria do povo brasileiro.

Tudo foi feito no decorrer destes anos; criaram inúmeras siglas para fazer uma reforma agrária. Primeiro criaram o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – que deu em nada; depois criaram, como lembra o eminente Constituinte Osvaldo Macedo, nosso Líder, a Supra – Superintendência da Reforma Agrária, que também não deu mel nem cera; depois criaram o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; mais tarde, fazendo-se uma fusão do INDA com o IBRA, gerou-se um monstro que é o INCRA, que aumentou a burocracia e diminuiu a eficiência. INCRA, como as letras dizem, o "c" que representa colonização, vem antes da reforma agrária. Então, vamos fazer colonização, reforma agrária se possível!

O que fizeram os governos nestes últimos 25 anos? Jogaram todo o dinheiro na Sudam, na Região Amazônica, protegendo, assim, os grandes fazendeiros, os grandes industriais, as grandes multinacionais, como lembram os companheiros aqui. A Volkswagen chegou a criar, só em uma época, 100 mil reses, onde o Governo brasileiro, através de incentivo fiscal, entrou com 75% e cada bezerro que nascia, na época, já pagava 5 mil cruzados, enquanto que a Volkswagen só entrou com 25% para a compra e engorda daquele gado, mas o filé-mignon foi para a Alemanha evidentemente.

Demos a terra e o dinheiro, mas o lucro e a carne foram para fora. O mesmo ocorreu com o Projeto Jari, com o Banco Econômico da Bahia, com o Bradesco. Poderíamos aqui passar a tarde toda falando sobre este assunto. Então, falase em reforma agrária sem querer reforma agrária. No nosso Partido, o PMDB, que é hoje uma grei de cabras briguentas, também não há entendimento, porque a maioria dos companheiros do PMDB está contra a reforma agrária e vamos sentir isso na hora de votar a proposta.

Os maus constituintes, irresponsáveis, aqueles que não olham para os famintos, para os desfavorecidos – os descamisados, os bóias-frias, que são mais de 9 milhões, estão defendendo a seguinte tese – como dizia há pouco o eminente Constituinte Mário Lima, da Bahia – a reforma agrária não é tema de Constituição, mas o é para uma lei



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

complementar, para uma lei ordinária. Somente as mentes doentias, traiçoeiras, é que podem agir desta maneira.

Estamos ao lado de V. Ex.^a, em favor de uma reforma agrária. O que não podemos aceitar é que o Governo negue a esses infelizes brasileiros, que são mais de 9 milhões, o direito de ter um palmo de terra para plantar. No entanto, para os banqueiros – porque este País é o paraíso de banqueiros, de privilegiados e de multinacionais –, para esses o Governo não nega a terra, mas, sim, dá a terra.

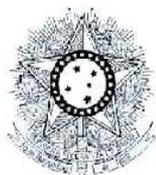
O Governo chegou ao cúmulo de diminuir do Imposto de Renda, dizendo que os grandes que aplicassem nas grandes propriedades, comprando 50 ou 100 mil alqueires, ficariam isentos do Imposto de Renda, pelo menos da metade do Imposto de Renda – dinheiro que poderia ser aplicado em benefício de escolas, hospitais, enfim, em benefício da saúde do povo. Chegou a hora do basta! Haveremos de fazer, nesta Constituição, uma reforma agrária; porque é, realmente, o que o povo quer, o que ele deseja e é um direito seu, é um direito da Nação. Muito obrigado e meus parabéns pelo tema que V. Ex.^a defende com tanta ilustração e sabedoria.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – O tempo de V. Ex.^a está exaurido, nobre Constituinte.

A SR.^a RAQUEL CAPIBERIBE: – Quero apenas agradecer ao nobre companheiro Constituinte Doreto Campanari, e reafirmar que, realmente, para nós que temos pela primeira vez um mandato, causa-nos profunda estranheza e mágoa ver que fomos eleitos pelo povo, e para trabalhar em seu favor, mas, aqui dentro, a grande maioria – é claro que temos que fazer justiça, temos exceções – vem para defender os seus interesses pessoais e de grupos.

Apesar das dificuldades com os meios de comunicação que temos hoje, para levar aquilo que a sociedade brasileira deveria saber, nós que estamos comprometidos com as justas aspirações do povo deveremos levar, através das nossas reuniões, dos nossos debates nas ruas, nas organizações populares, quem somos nós aqui dentro. Vamos nominar quem está do lado do povo e quem está contra ele; quem está aqui dentro para legislar em causa própria ou para legislar em favor do povo.

Sr. Presidente, Companheiros Constituintes, é profundamente contristador para nós da Amazônia o sofrimento do caboclo, que não tem, sequer, um pedacinho numa imensa e vasta porção de terra chamada "pulmão do mundo"; verificarmos que o nosso povo morre de fome porque não tem onde plantar para colher e comer.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

Muito obrigada, Sr. Presidente, muito obrigada aos Companheiros Constituintes que, nesta manhã de domingo, repito, heroicamente, resistem em ficar aqui, porque têm responsabilidade com esta Nação brasileira, tão sofrida e tão entregue ao capital estrangeiro! Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)